

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA BANCARIA DA COMARCA DE

SAMARA IZILDA CORREA DOS SANTOS, brasileira, divorciada, aposentada, inscrito no CPF sob nº 0

AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM

Em face do Banco do Brasil, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-9

#### DA JUSTIÇA GRATUITA

A Requerente faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista não possuir rendimentos suficientes

Destaca o dever estatal de prestar assistência gratuita a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros

[...]

XXIV – O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de

De igual modo, enuncia o artigo 98 e seguintes, do Código de Processo Civil :

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar

Cumprе salientar que a requerente não possui casa própria, nem tão pouco automóvel, arcando, além

Junta-se, de todo o modo, declaração de hipossuficiência e declaração de isenção do Imposto de Ren

#### 2- DOS FATOS

A Requerente possui Conta Salário no Banco Do Brasil/SA , e como se espera, a utiliza unicamente pa

No dia 01- 02 -2020, dirigiu-se até a instituição para sacar seu salário, e, em seguida, arcar com suas c

Tentou realizar o saque integral dos valores, e o banco não o liberava. Em sequência, fez saques men

Entretanto, notou que não havia conseguido sacar o valor integral de seu salário no mês (R\$ 2.449,00)

Ao retirar o extrato a mesma observou que havia sido descontado as prestações do contrato fies que a

Como fora orientado a época pelo funcionário da agência, de que como a requerente recebia em uma

Em virtude deste acontecimento, a Requerente ficou desesperada, pois teria que pagar o aluguel de outro imóvel. Assim sendo, dirigiu-se ao banco para tentar resolver a situação amigavelmente, e, como se esperava, não conseguiu. Além do que a requerente teve que aguardar por mais de 1 hora para ser atendida, mesmo a agência sendo pequena.

Assim, por entender indevido o desconto realizado em sua conta salário pela instituição bancária sem a devida autorização, requer a restituição do valor descontado.

### 3- DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

Considerando a negativa do Requerido em fornecer qualquer explicação plausível do desconto realizado, requer a exibição do documento que fundamenta o desconto. Veja que, no caso em pauta, a precitada exibição do documento está atrelada ao próprio julgamento do caso. Deste modo, eventual apresentação da documentação por parte da Requerida que demonstre ou não a existência do desconto, não será suficiente para afastar a responsabilidade da Requerida.

### 4- DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O caso em análise trata de típica relação de consumo, onde destacam-se de forma nítida as figuras de consumidor e fornecedor. Tais figuras encontram-se elencadas no CDC de forma respectiva, nos artigos 2º, 3º e § 1º, conforme se verá.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que disponibilizam bens e serviços para consumo final, inclusive para consumo coletivo e coletivo.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

Ademais, o STJ, por meio da Súmula nº 297, afirmou que “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às relações de consumo”.

Diante do exposto, estando evidente a relação de consumo, bem como as partes se fazem legítimas a serem ouvidas, requer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

### 5- DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

O Código de Defesa do Consumidor expressamente prevê que aos consumidores deve ser dispensada a prova da existência do dano. Neste sentido, vale colacionar o art. 4º, I, do CDC:

A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, à saúde e à segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e a honestidade nas relações de consumo.

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Diante da hipossuficiência técnica da Requerente, a inversão do ônus da prova, considerando as veros

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor,

Assim sendo, requer desde já a inversão do ônus probatório, possibilitando que se tragam aos autos a

## 6- DA RESPONSABILIDADE DO REQUERIDO E DO DEVER DE INDENIZAR:

### RESPONSABILIDADE OBJETIVA E DANO MORAL

Conforme exposto, a Requerente tomou ciência de que foi descontada indevidamente uma quantia no  
Portanto, houve defeitos na prestação dos serviços que acarretaram os danos a que se requer tiveram  
Sabe-se que o instituto da responsabilidade civil visa, dentre outros, reprimir o dano causado pelo agente.  
A responsabilidade civil subjetiva emana do ato ilícito, além de trazer a necessidade de caracterizar co  
No caso em tela, é evidente a existência da responsabilidade objetiva, como sendo aquela em que o d

Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou

O Código de Defesa do Consumidor dispõe ainda, por seu artigo 14, que a responsabilidade do fornec

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparaçã

Diante do exposto, fica evidenciado o ato ilícito, a lesividade e a necessidade de reparar o dano, que s

O Código de Defesa do Consumidor determina que “É direito básico do consumidor a efetiva prevençã

O Código Civil de 2002 é cristalino quando dispõe sobre a necessidade de reparar os danos causados

Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a

## 7- DO PEDIDO LIMINAR

Segundo o art. 300, do CPC, e art. 7, III, da Lei 12.016/09, a tutela de urgência será concedida sempre quando houver: (i) existência de probabilidade de sucesso na ação; (ii) existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Ademais, está prevista no parágrafo segundo do mesmo código processualista a possibilidade de sua concessão em caráter de urgência, quando a probabilidade do direito (fumus boni iuris) é demonstrada pelos documentos acostados, que garantem a existência do direito. O perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora) é veemente, pois que os danos são irreversíveis.

A este assunto já decidiu o TJ-SC, em julgamento recente, que:

O art. 300 do CPC exige, para a concessão da tutela de urgência, a demonstração, pelo interessado, da existência de probabilidade de sucesso na ação. (TJ-SC - AI: 40247462520178240000 Braco do Norte 4024746-25.2017.8.24.0000, Relator: Gilberto G. da Silva, Data de Julgamento: 10/05/2017, 1ª Turma de Recursos Cíveis).

Ademais, no caso em comento também haveria espaço para a concessão da tutela de evidência, nos termos do art. 301 do CPC. Por medidas de justiça social, a morosidade do processo não pode ser imputada ao jurisdicionado, que não tem condições de arcar com os custos do processo.

## 8- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

O recebimento e processamento da presente demanda;

A citação da Requerida no endereço informado, para querendo, responder no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV;

d) Seja concedida a tutela de urgência e/ou evidência, nos termos do art. 300 e seguintes do CPC, para que seja:

e) Que seja deferida a inversão do ônus da prova, diante do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor;

f) A exibição de documentos que comprovem a autorização para o desconto realizado (art. 396, do CPC);

f.1) Ainda que apresentados os documentos, requer a condenação em honorários sucumbenciais, por sucumbência parcial;

g) A dispensa da designação de audiência de conciliação, com fulcro ao artigo 334 do Código de Processo Civil;

h) Sejam julgados procedentes os pedidos, declarando a inexigibilidade dos débitos citados, condenando a requerida ao pagamento;

h.1) Subsidiariamente, caso este juízo entenda de forma distinta quanto à restituição em dobro, que seja condenada a restituição em dobro;

i.) A produção de todos os tipos de provas cabíveis, em especial a prova documental, depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, etc.

j) E por fim, pugna pela condenação da Requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais em 20

Dá-se a causa o valor de R\$ 4.898,00 (quatro mil e oitocentos e noventa e oito reais), para fins de alça

Termos em que, pede deferimento.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2020.

CRISTIANI JORDANI

OAB SC 51410